

COMPENSAÇÃO: recuperação do Rio Doce é ponto-chave para reparação em Mariana



Nove anos depois, os trabalhos realizados na bacia do rio, que concentra cidades de Minas Gerais e Espírito Santo, são decisivos.

A destruição do Rio Doce tornou a tragédia em Bento Rodrigues, distrito de Mariana, o maior desastre envolvendo barragens no mundo, nos últimos cem anos. O dado é da consultoria Bowker associates. Após o rompimento da barragem do fundão, 9 anos atrás, a lama de rejeitos percorreu mais de 675 quilômetros. O trabalho de recuperação da bacia, que concentra cidades de Minas Gerais e Espírito Santo, é ponto-chave para reparar a maior tragédia socioambiental da história.

Foram cerca de 11 toneladas de peixes mortos, além de 860 hectares de mata atlântica degradados. Foi preciso uma ação enorme de reparação ambiental no rio Gualaxo do Norte, em Mariana, um dos primeiros afluentes afetados pela lama e que desemboca no rio doce, o cenário que foi de destruição, hoje está completamente diferente.

De acordo com Juliana Bedoya, gerente-geral socioambiental e responsável pelos trabalhos socioambientais da fundação Renova, instituição criada para comandar os trabalhos de reparação, *“essa foi uma região extremamente afetada, teve deposição de lama e a partir daí começou o nosso trabalho de restauração florestal. Aqui a gente tem um trabalho já de alguns anos e você pode ver o resultado com essa vegetação formada”*.

“A gente tem outros trabalhos de recuperação da bacia, que são as ações de compensação. E aí eu estou falando de restauração florestal. São 40.000 hectares a serem implantados, desses nós já temos 35.000 hectares em implantação, com o processo de cercamento, plantio... 5 mil nascentes”, acrescentou Bedoya. A Fundação conta com parcerias com universidades, consultorias e outras organizações.

A ONG “Instituto Terra” atua há 26 anos com projetos socioambientais na bacia do Rio Doce. Um trabalho que extrapola as margens do rio.

Segundo Juliano Salgado, presidente do conselho da Organização, *“essa restauração de nascente que a gente faz, plantando mais ou menos 500 árvores em volta de cada nascente, criando pequenas bacias de sedimentação da água para ela ir para o lençol freático. Nós restauramos o lençol freático, salvamos as nascentes, trazemos árvores dentro do mix agrícola e aumentamos a renda de forma dramática dessas famílias”*.

Estabelecidos pelo termo de ajuste de conduta firmado entre as empresas causadoras do rompimento, o estado e o Ministério Público, os trabalhos não vão apenas retornar ao que era, a meta é ir além.

“A gente tá falando de uma bacia que já era muito degradada e impactada, tanto pela ocupação, quanto por atividades antrópicas. E agora a gente tem a oportunidade de fazer uma reparação e deixar isso aqui numa condição melhor do que a gente encontrou”, afirmou Juliana Bedoya.

Um outro projeto é o da melhoria do sistema de esgoto da região. De acordo com o comitê da bacia hidrográfica do Rio Doce, órgão ligado ao governo federal, 69% de todo o esgoto gerado pelos municípios no entorno do rio não passam por tratamento e são despejados diretamente nos córregos, rios e afluentes.

Mais de R\$ 761 milhões foram disponibilizados para ações de saneamento. Obras em sete municípios foram concluídas e trabalhos em outras dezesseis cidades de Minas Gerais e Espírito Santo seguem em andamento.

Para além dos dados e estatísticas, a confiança da população em poder usufruir o rio também faz parte do retorno à normalidade.

“Eu fui uma das primeiras pessoas a ser indenizada e fico muito feliz por isso. E me trouxe um alívio, uma felicidade muito grande quando eu recebi que tinha certeza que todos os outros artesãos iriam também receber”, afirmou Terezinha Guês.

Conhecida como “Tetê”, ela é moradora de Baixo Guandu, município do Espírito Santo, afetado com a poluição do rio.

Ela foi a primeira a receber pelo sistema indenizatório simplificado, chamado de “novel”. A medida foi criada, após determinação da Justiça, para indenizar categorias com dificuldades de comprovação de danos, como lavadeiras, carroceiros, pescadores e artesãos, como Tetê. Dos mais de 37 bilhões de reais desembolsados nos trabalhos de reparação, 17 bilhões foram destinados às indenizações.

Para Flamínio Guerra, secretário do CBH-Doce, *“o rio está hoje em condições ainda muito adversas, mas a gente tem que trabalhar para melhorar cada dia mais a condição de ter ele como ente da sua vida, né? Que pertence a sua comunidade, que pertence a sua vida”.*

Foto: Divulgação

<https://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/5761/compensacao-recuperacao-do-rio-doce-e-ponto-chave-para-reparacao-em-mariana> em 24/06/2026 17:54